

Os desafios de dizer: aproximações ao testemunho midiático a partir de notícias sobre violência contra a mulher no Brasil

*The challenges of speaking out: approaches to mediated testimony
from reports about violence against women in Brazil*

*Los desafíos de decir: acercamientos al testimonio mediático
a partir de noticias sobre violencia contra la mujer en Brasil*

—

Bruno SOUZA LEAL

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil / brunosleal@gmail.com

Elton ANTUNES

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil / eltunes@uol.com.br

—

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 137, abril-julio 2018 (Sección Ensayo, pp. 275-293)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 22-05-2017 / Aprobado: 09-04-2018

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a qualidade do testemunho apresentado por textos midiáticos e sua confrontação com o testemunho individual, a partir de dois casos específicos. A reflexão desenvolvida aqui baseia-se numa breve análise textual de duas notícias que circularam em noticiários brasileiros e que relataram dois acontecimentos de violência contra mulheres. A questão que organiza o artigo é sobre tanto as implicações de tomar essas notícias como “textos testemunhais” quanto a qualidade do testemunho apresentado por elas. Mesmo considerando que a noção de “testemunho midiático” se apresenta, a princípio, como instigante e promissora, observa-se que ela não pode ser generalizada a todo e qualquer texto midiático sob o risco de perda da sua força e de se produzir homogeneizações fáceis.

Palavras-chave: testemunho; violência; gênero; jornalismo; narrativa

Abstract

This article attempts to reflect on the nature of the testimony of mediatic texts and their confrontation with individual testimony, using two specific cases. The reflection developed here is driven toward a brief textual analysis of two news stories circulated by Brazilian television news programs, regarding two events linked to violence against women. The question is raised, here, both as to what it means to take these texts as “testimonial texts” as well as about the quality (if any) of the testimony presented therein. Even considering that the notion of “media witness” appears at first as strong and instigating, it cannot be generalized to any and all mediatic text at the risk of losing its strength and producing easy homogenizations.

Keywords: witnessing; violence; gender; journalism; narrative.

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre la calidad del testimonio presentado por textos mediáticos y su confrontación con el testimonio individual, a partir de dos casos específicos. La reflexión desarrollada aquí se basa en un breve análisis textual de dos noticias que circularon en noticieros brasileños y que relataron dos acontecimientos de violencia contra las mujeres. La cuestión que organiza el artículo es, por tanto, las implicaciones de tomar esas noticias como “textos testigos” como la calidad del testimonio presentado por ellas. Incluso considerando que la noción de “testimonio mediático” se presenta, al principio, como instigadora y prometedora, se observa que no puede ser generalizada a cualquier texto mediático bajo el riesgo de pérdida de su fuerza y de producir homogeneizaciones fáciles.

Palabras clave: testimonio; violencia; género; periodismo; narrativa.

1. Introdução

No ano 2000, o britânico John Ellis, ao lançar o seu “Seeing things”, defende que o século XX, também chamado o “século das imagens”, estabeleceu um novo modo de experiência. Através inicialmente da fotografia e do cinema, mas intensificado de modo peculiar pela televisão e depois pela internet, esse modo de experienciar, de saber e pertencer ao mundo, foi por Ellis denominado de *witnessing*. Não se trata, aqui, do testemunho forte, da tradição religiosa e dos eventos traumáticos, como aqueles vinculados à Segunda Guerra Mundial, mas de outro, “mundano”, como mais tarde definiu Ellis (2011). Esse testemunho midiático caracteriza, por um lado, um modo de agir das mídias, especialmente audiovisuais, em relação tanto ao que narram quanto ao modo como o fazem. Por outro lado, caracteriza também, talvez mais fortemente até, um regime de espetatorialidade, um modo peculiar, nascido na convivência com as imagens midiáticas, de entendê-las, absorvê-las e lidar com elas.

Diante da disponibilidade – talvez excessiva – dos discursos e narrativas midiáticas sobre os mais diferentes assuntos, a discussão em torno do “testemunho midiático” articula, então, modos como os processos midiáticos informam – tanto no sentido de “dar forma” quanto de “produzir informação”, “conhecer” – os acontecimentos e como esse saber é incorporado pelas pessoas. Nesse sentido, como definem Ashuri e Pinchevski, o debate e a discussão em torno do “testemunho midiático” combina a reflexão sobre “...a evolução das tecnologias midiáticas – produção, transmissão e representação – com questões de fôlego referentes à moralidade e à responsabilidade da audiência” (Ashuri & Pinchevski, 2011, p. 133.)

Entre a leitura dos acontecimentos entabulada pelos diferentes processos midiáticos e a sua apreensão pelas pessoas, situa-se, de modo fundamental, o texto midiático, aquele que, conforme lembra Peters (2011), se propõe a “sustentar testemunho”. Com isso, o “testemunho midiático” se afasta mais claramente da tradição acerca do testemunho histórico, jurídico, religioso, etc. Não se trata aqui, afinal, do testemunho individual, mas de textos midiáticos semioticamente complexos, planejados e estratégicos, frutos de processos produtivos de organizações, que medeiam interações profissionais e intersubjetivas em grande escala, e que são marcados fortemente por interesses econômicos, político-ideológicos, relações de anonimato e de regulação específicas. Buscando articular informação e experiência, os textos midiáticos apresentam desafios específicos referentes à sua veracidade e sua confiabilidade, sendo para tal, dependentes, de parâmetros genéricos, da sua identificação ou não, por parte dos espectadores, com outros textos da mesma qualidade e com as regras e expectativas que os regem.

Nesse sentido, este artigo busca refletir sobre o caráter testemunhal dos textos midiáticos e de sua confrontação com o testemunho individual a partir de dois casos específicos. A reflexão aqui desenvolvida tem como horizonte uma

breve análise textual (Cassetti & Chio, 1999) de natureza qualitativa de duas notícias, postas em circulação por telejornais brasileiros, referentes a dois acontecimentos vinculados à violência contra mulher: uma sobre uma senhora assassinada por seu companheiro e outra sobre o estupro de uma adolescente por um grupo de marinheiros. Indaga-se, aqui, tanto sobre o que implica tomar essas notícias como “textos testemunhais” quanto sobre a qualidade (se houver) do testemunho ali apresentado. Orienta as reflexões aqui propostas a percepção de que se a noção de “testemunho midiático” surge, a princípio, como pregnant e instigadora, ela não pode ser generalizada para todo e qualquer texto midiático, sob o risco de perder sua força e de produzir homogeneizações fáceis. Menos que um pressuposto, portanto, tomamos o testemunho midiático como um problema, que permite tanto apreender procedimentos midiáticos específicos como conduzir e delinear outras interrogações.

2. Formas de incurso em um campo problemático e suas notícias

Numa pesquisa iniciada em 2012, foi feito o acompanhamento da cobertura jornalística sobre casos de violência contra as mulheres em 9 diferentes mídias informativas brasileiras, ao longo de 8 meses em 2013, coletando mais de 600 notícias oriundas de jornais impressos, portais de web, telejornais e radiojornal. Especificamente, essa pesquisa tem como foco os chamados crimes de proximidade, ou seja, aqueles que se estabelecem no âmbito de relações pautadas pela confiança, especialmente as que se dão entre parceiros afetivo-sexuais e familiares (em especial maridos, companheiros, ex-maridos ou ex-parceiros), e implicam violência episódica ou repetida, seja física, psicológica, sexual e/ou verbal contra a mulher.

Das 117 matérias extraídas de programas televisivos, 107 correspondem ao *Jornal da Alterosa 2ª Edição* e ao *Balanço Geral*, noticiários com temáticas regionais, e veiculados na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Em contraposição, o *Jornal Nacional*, telejornal de maior audiência no país, apresentou apenas 10 notícias relacionadas à violência de gênero, sendo que seis delas fazem parte de uma série de reportagens sobre um mesmo caso, em que esse tipo de violência não foi o principal assunto. Do primeiro conjunto, de mídias regionais, selecionamos para exame uma reportagem do *Jornal da Alterosa 2ª edição*, com mais de dois minutos de duração, indicativo do seu destaque no informativo. Narrando o assassinato de uma mulher por seu companheiro, a notícia é, a nosso ver, exemplar do tipo de reportagens produzidas por tais noticiários no universo dos crimes de proximidade. Das matérias veiculadas em âmbito nacional, no segundo agrupamento de notícias, trabalhamos então com um relato que narra um episódio “comum”, que materializa o modo recorrente como esses acontecimentos são construídos narrativamente em telejornais brasileiros de grande alcance. No caso da maté-

ria do *Jornal Nacional*, percebemos que o acontecimento narrado, um estupro cometido por três marinheiros e um adolescente, é mais um daqueles “pequenos acontecimentos”, “oferecidos de modo rápido, com pouco destaque e sem sequer a indicação frequente do nome das vítimas ou algozes (Leal, Antunes & Vaz, 2012), ampliando ainda mais a percepção do tratamento ‘lacunar’ e ‘descontextualizado’ da violência de gênero pela mídia noticiosa” (Leal, 2014, p. 213).

Para o exame das duas matérias selecionadas optamos, no escopo desse artigo, por um tipo de análise textual que permitisse perceber a maneira como a cultura editorial de uma organização midiática específica articula certas qualidades textuais em sua produção. Em geral, a análise textual enfoca a identificação de estilos marcantes que fazem a caracterização de elementos de gênero ou volta-se para as particularidades que permitem examinar os textos como eventos isolados. As duas modalidades, todavia, se acham conectadas e “na prática, as generalidades sempre se estabelecem mediante o exame das particularidades, e a análise destas pressupõe certo conhecimento das generalidades (Larsen, 2105, p. 210).

Nossa escolha recaiu por observar o objeto singular em suas partes e na totalidade, examinando traços formais e materiais das reportagens em uma mescla de características de análise de conteúdo e análise semiótica. No caso dos elementos formais, estaremos atentos a propriedades específicas dos relatos jornalísticos como a composição e o encadeamento das imagens, bem como suas articulações com os elementos verbais utilizados pelos repórteres/apresentadores durante a locução. Destacaremos alguns dos sintagmas narrativos presentes nas reportagens tais como as cenas (registro específicos que encadeiam a narrativa do acontecimento) e as sequências (aquilo que ordena e presentifica outros elementos não evidentes na narrativa). Em ambos os movimentos pretendemos ressaltar os vieses manifestos nos relatos, responsáveis por estruturar e projetar significados preferenciais e interpretações possíveis, em conexão com elementos contextuais, já que tomamos as reportagens como parte de textos culturais mais amplos (Lockyer, 2008; Leal, Carvalho & Alzamora, 2017).

O *Jornal Nacional* possui uma audiência ampla e busca retratar uma gama de assuntos que abarquem diferentes regiões e sugira a seus telespectadores a realização de uma abrangente cobertura do país. Procura mostrar-se como um discurso sobre o Brasil, com centro “simbólico” ancorado no eixo Rio-São Paulo-Brasília, centros cultural, econômico e político do país. Veiculada no dia 17 de maio de 2013, com uma duração de 27 segundos, é lida pelo apresentador Heraldo Pereira e diz que funcionários da Marinha brasileira, três marinheiros, junto com um adolescente, estupraram uma adolescente de 14 anos. A matéria também apresenta a cidade e o estado em que o crime ocorreu; menciona vagamente a casa de um dos acusados como local onde se deu o estupro; informa que a vítima foi levada para um posto de saúde após a agressão; que foram os agressores que levaram a vítima ao posto; que o estupro foi constatado por exames médicos; que o adolescente agressor foi preso; que os marinheiros responderão

por estupro de vulnerável; e que uma das consequências por terem praticado o crime pode ser a expulsão da corporação.

Após a chamada da matéria (Figura 1), os três marinheiros são mostrados sem as fardas, com agasalhos cobrindo seus rostos, e sendo conduzidos por militares fardados, que também não têm seus rostos mostrados, para dentro de um carro que aparenta ser comum, sem ser de nenhuma força de segurança (Figura 2).

Figura 1



Figura 2



A próxima imagem é a do exterior de um posto de saúde, sendo que é a partir dela que fica evidente a qual posto, especificamente, a vítima foi levada após a agressão. A imagem seguinte é a do interior desse posto (figura 3) e, logo após, de um carro da polícia estacionado (figura 4). Para finalizar a matéria, há a imagem da capitania a que os marinheiros pertencem.

Figura 3



Figura 4



Percebe-se, na notícia sobre o estupro cometido pelos marinheiros, que em nenhum momento são ditos os nomes dos homens envolvidos, a relação da vítima com os agressores anterior ao crime (embora seja feita a sugestão de que ela exista), como ela foi para a casa de um dos agressores – diz apenas que ela foi “atraída” para lá –, não se explica porque os rapazes deixaram-na no posto de saúde depois de tal agressão, qual o estado da vítima, se serão julgados pela justiça comum e se poderão ser presos, quem fez a denúncia (a própria vítima?),

o que os agressores disseram à polícia, qual foi o pronunciamento oficial da Marinha, entre tantas outras questões que poderiam localizar melhor o acontecido. O destaque da matéria vai para o fato dos acusados serem marinheiros e não para o crime que cometeram. A vítima e o estupro são relegados ao segundo plano. A vítima aparece como uma adolescente de 14 anos que foi violentada após ter sido “atraída” para a casa de “um dos agressores”. Nada mais é falado a respeito dela, nem mesmo sobre seu estado de saúde após a violência sofrida.

Outro crime bárbaro se destacou no mês de janeiro, veiculado pelo *Jornal da Alterosa 2ª Edição (JA)*, emissora regional afiliada do SBT. O *JA* possui uma audiência ampla no âmbito regional, que se estende tanto a donas de casa quanto a jovens e adultos/as que trabalham ou estudam fora, por ser exibido às 18h45min, horário que marca o fim do expediente, e estar encaixado entre um programa de entretenimento e um de notícias esportivas. No dia 18 de janeiro de 2014, Rafael de Oliveira Fernandes, de 22 anos, espancou, esfaqueou e mutilou Kênia de Oliveira, 32, na zona rural de Esmeraldas, na Grande BH. A orelha da faxineira foi cortada, seus pulsos separados dos braços, além de ter sido atacada com um pedaço de pau e ter sofrido golpes de facão pelo corpo. As duas filhas de Kênia, de 3 e 8 anos, ouviram a briga e pediram socorro. A mulher foi levada ao hospital da cidade e posteriormente transferida para Betim, porém, não resistiu aos ferimentos. Rafael havia fugido para a casa de uma tia na cidade de São Francisco (norte de Minas), mas foi localizado pela Polícia Civil e detido no dia 24 de janeiro. Ele confessou o crime, alegando legítima defesa e dizendo que o casal brigava frequentemente por ciúmes.

Figura



O relato do telejornal tem duração de 2min12s. Desde o início a notícia é apresentada através, por exemplo, de chamadas dramáticas que aparecem na parte inferior da tela: “apresentado homem que mutilou mulher” (figura 5), “suspeito mata companheira com facão” (figura 6) e “mulher é morta na frente das filhas” (figura 7). O relato começa pela prisão de Rafael, mas logo foca nos detalhes do crime, já apresentando a fazenda em que eles moravam e fazendo das manchas de sangue no chão e nas paredes uma parte constituinte da apresentação da

casa em que Kênia foi atacada. A seguir, a fala do delegado dá detalhes de como o companheiro de Kênia a agrediu, começando com o pedaço de pau, quebrando seu braço e partindo para o esfaqueamento e a mutilação com o facão, inclusive descrevendo como uma de suas mãos e a orelha ficaram presas “por um fio de pele”, o que leva a narrativa para a caracterização de uma cena de horror. As imagens da casa em que Kênia e Rafael moravam são mostradas, assim como o quarto onde ela foi agredida e onde as crianças se esconderam durante a briga. Conta-se da trajetória de meio quilômetro enfrentada pelas filhas de Kênia para buscar ajuda e imagens mostram o percurso (figura 7).

Figura 6



Figura 7



O JA abre espaço para as testemunhas e os envolvidos com depoimentos perturbadores, como no caso da vizinha que diz ter achado a vítima “toda picada”. O agressor também fala diretamente para a reportagem e apresenta a sua justificativa para o crime. O relato se desdobra com as revelações das falas das entrevistadas – todas mulheres – e passagens do repórter, que contam juntos a história da morte de Kênia. A vizinha conta ter perguntado a Kênia porque ele havia feito isso e a justificativa seria que “ela não quis se deitar com ele”.

É interessante notar que há evidente destaque para o teor bárbaro do crime e o modo como a mulher tem sua identidade apresentada com base em construções socialmente consolidadas, de mãe, trabalhadora e lutadora, que

legitimariam sua posição como mulher e a caracterizariam como vítima. O VT termina com o clamor da irmã, Késia, por justiça (figura 8), destacando a vontade de Kênia, que já estava se preparando para deixar o companheiro, “juntando as coisas dela pra ir embora”. “Ela não merecia isso” – é o que a irmã diz e como a notícia conclui o relato.

Figura 8



A notícia sugere que o relacionamento entre Rafael e Kênia era bastante conturbado, com as ditas frequentes brigas por ciúmes e o fato de a mulher estar, havia uma semana, de malas prontas para deixá-lo, conforme afirma sua irmã. Isso mostra pistas da violência, física ou simbólica, que a vítima teria sofrido vivendo com Rafael. Kênia ia se mudar, não conseguiu porque não houve tempo ou não teria para onde ir? A forma como o telejornal mostra a situação de Kênia pode nos levar a pensar em algumas hipóteses, não aprofundadas e nem problematizadas na notícia. Houve abusos anteriores para que ela quisesse sair de casa? Se sim, ela não denunciou porque não obteria a proteção necessária? Ela ainda morava com Rafael porque não havia opção, dada a sua condição financeira? Ela precisava do auxílio financeiro de Rafael para cuidar das filhas, visto que não é mencionada a presença do pai delas em nenhum momento? Essas dinâmicas de poder apenas se insinuam na matéria, advindas da descrição dos personagens e do crime, e mesmo não sendo esclarecidas apontam caminhos para corroborar a representação de Kênia como vítima.

O que mais chama atenção é a declaração da irmã da vítima ao final da matéria: “ela não merecia isso”. De certa forma é ela que parece guiar a construção das matérias, desde sua abordagem até a escolha dos depoimentos. Todos os elementos apresentados anteriormente a essa afirmação parecem querer corroborá-la, levantando pontos que possam legitimar a posição de Kênia como a vítima injusta de uma fatalidade. Primeiramente, é interessante notar que a vítima já é apresentada como “faxineira Kênia”, como se sua posição de trabalhadora fosse um fato essencial, do qual ela não pode ser dissociada. É um fato que acaba puxando consigo uma série de outras características às quais a notícia associa a vítima, ligadas a responsabilidade, independência, preocupação finan-

ceira e esforço. Além disso, Kênia também, como foi destacado em mais de um momento da narrativa, era *mãe* e foi assassinada diante de suas filhas.

3. Lacunas, invisibilidades e imagens

Nas notícias apresentadas, numa primeira visada, pode-se dizer que há uma operação preferencial que parece produzir a diluição de todos os elementos que constituem o testemunho no esforço, proposto por cada um dos telejornais, de estabelecimento de uma “identidade” para os fatos narrados. Como observa Pereira, a construção dessa “identidade” implica como que o apagamento da singularidade de cada caso:

[...] as notícias de violência reservam às mulheres o espaço que o ato violento abarca, e pequenas informações são adicionadas à margem, como que para atestar que aquele personagem se limita ao ato de violência sofrido. A parca quantidade de detalhes ou de dados sobre o ocorrido, bem como das condições que propiciaram a violência, completa e perfaz a própria economia simbólica da violência. Nos discursos jornalísticos nada há de novo, nenhuma alteração ou criação; tudo ocorre para confirmar uma identidade que já existia desde o início. (Pereira, 2009, p. 496)

Essa “identidade acontecimental” evidente nas reportagens resulta da qualidade industrial dos textos jornalísticos, cuja formatação, características e procedimentos são predefinidos, em relação aos acontecimentos narrados, em função das necessidades comunicativas e empresariais dos produtos midiáticos. Nos textos analisados, por exemplo, a familiaridade sugerida ao telespectador não diz respeito apenas ao ocorrido – a morte da mulher que se recusou a “deitar com o companheiro” ou o estupro da adolescente por “conhecidos” –, ou seja, ao espaço em que a experiência se move entre a “desatenção e o que se sabe”. Cada um dos relatos jornalísticos analisados não só depõe como performa a “sua” própria desatenção, um ausentar-se das suas próprias condições de emergência como texto midiático. Com isso revela-se aí um modo peculiar de saber, não aquele que o move para o que ocorreu, mas aquele que, pré-formatado, o “imobiliza” para saber de antemão e assim apresentar os acontecimentos.

Em ambas as reportagens, a narrativa (e o fazer jornalístico que aí toma forma) dirigem questões ao mundo de referência projetado para os episódios – estupro de uma adolescente por marinheiros; mutilação e assassinato de uma mulher por um ex-companheiro – sugerindo com quais perspectivas a violência contra a mulher é abordada. Tais perguntas expõe os modos como o gesto de querer saber do jornalismo, suas formas particulares de aproximação com a realidade da violência contra mulher, se dirigem a provocar a emergência de falas que se pretende apresentar como “testemunhais”, do interior do quadro, de dentro da cena. São modos de inteligibilidade em que se interpelem pessoas

envolvidas nos episódios – a irmã, a amiga da vítima, “imagina-se” o olhar terrificado das filhas que assistiram ao crime, e um dos casos. No episódio do estupro, por sua vez, para narrar essa história, a reportagem une takes gravados em sua maioria na condução dos militares agressores por outros militares, do posto de saúde para atendimento à vítima, e de veículos de polícia. Subentende-se em tal narrativa um modo de inteligibilidade que tem no texto audiovisual uma fala de dentro da história, um algo que basta para atestar, para dar conta da violência ocorrida.

Em ambos os casos, tanto nas falas provocadas ou nas imagens convocadas, não se inferem formas de saber a violência cometida contra as mulheres que, em alguma medida, prevêm, antecedem, programam o que será dito? Tais perguntas, nesse movimento de saber, retirariam a tensão testemunhal passível de emergir nas reportagens. Nesses textos, os encaixes de elementos verbais, imagéticos e sonoros não configuram simples escolhas estilísticas de composição, mas formas de construção de inteligibilidade em que a ratificação de certas formas de ver a violência contra a mulher esvazia possíveis qualidades testemunhais dos textos. Menos que configurar uma autoridade interpretativa do jornalismo sobre como dizer o que ocorreu, expressa-se um discurso compartilhado com outros agentes sociais que “já sabe”, que reitera, que apresenta e não atualiza o mundo da violência. O relato obedece assim a uma série de parâmetros que acolhem informações já “esperadas” (descrição dos envolvidos, local, sequência dos eventos, rumo das ações etc.) para a reconstituição do evento e é orientado por uma motivação ou causa presumida. O modo como a nota coberta fala da violência provê um encadeamento lógico dos episódios em que uma causalidade estreita, entre a quebra de uma expectativa (o comportamento dos marinheiros) e a sua indexação a uma circunstância (uma adolescente na casa de homens), é oferecida como modelo de compreensão em que se produz uma referência para o acontecimento narrado. A pobreza expressiva do relato que estabelece os fatos ajuda a entender a naturalização do que ocorre.

Já na reportagem do *JA* expõem-se sem pudor tudo e a todos – com exceção das crianças – que a cena do crime envolve, buscando alinhar o auditório com o sofrimento da “vítima”. A irmã, a vizinha, o criminoso, o repórter, a câmera que vasculha o ambiente, todos são enredados em um processo de textualização de tom confessional, que expõe a vida pessoal da mulher assassinada, julga as circunstâncias em que tal ocorreu, mas é indiferente àquilo que ultrapassa a morte de Kênia: sua memória, suas filhas. A mulher assassinada não tem obviamente a opção acerca da exposição de sua vida, mas o relato é de teor conclusivo e a narrativa se apresenta aí como uma forma do jornalismo impor as referências com as quais se dimensionará o episódio, de produzir as evidências do acontecimento “monstruoso” que acaba de ocorrer. Nesse sentido, a estratégia do “estar ali” do repórter, como o recolhimento de pistas da comoção dos envolvidos, insitui uma cena do acontecimento que a primeira vista parece “testemunhar” o ocorrido, de “vê-lo de dentro”. Mas o que conduz o relato não são perguntas e

sim uma tentativa de sancionar o ocorrido, de tomar a violência contra a mulher como algo passado, circunscrito a um evento que não mais existe. O acontecimento da morte da faxineira “está perdido”, resta jornalisticamente a sua substituição pela narrativa, que se apresenta como um texto de formato familiar sobre uma ocorrência vista como monstruosa.

Ora, o monstruoso que é oferecido pelo dispositivo telejornalístico quer tornar-se testemunha do episódio. Todos os agentes e objetos enredados na trama, a vizinha, a irmã, o criminoso confesso, as imagens da parede ensanguentada, o caminho percorrido pelas filhas assumem o papel de atestar e apresentar evidências da realidade de fatos. Esses fragmentos não se apresentam em tensão, mas apaziguados por uma história de violência melodramática. Há um conjunto de falas que “vem de dentro” e de quem “viu com os próprios olhos” e se combina com o ponto de vista do repórter que certifica e autoriza tais testemunhos, mas não assegura por si só à reportagem uma dimensão testemunhal. Para isso, seria preciso que ela, em alguma medida, instabilizasse a expressão linguageira do acontecimento para além da ideia da visibilidade ou informação que tudo explicam. Os elementos factuais que produzem a evidência não poderiam ser tomados como base para atestar o ocorrido, postular uma transparência e adequação entre o relato e a “verdade dos fatos”.

O depoimento dos “sobreviventes”, a percepção da cena e a experiência vivida pelos envolvidos, a lembrança invocada pelas “fontes jornalísticas”, elementos estruturantes da reconstituição do acontecimento trágico sob a dimensão do testemunho, têm sua manifestação soçobrada no relato rotineiro da violência de gênero que envolve os chamados “parceiros íntimos” ou com alguma forma de convivência próxima. A instância testemunhal não se dá como um elemento estrutural da cobertura jornalística, mas sob a forma de uma (re)figuração móvel, contínua e em tensionamento no interior de diferentes relatos. Nos crimes de proximidade, a instância testemunhal emerge retoricamente como traço constitutivo da cobertura de crimes, uma forma de enredar e por em relação os distintos acontecimentos e atores envolvidos na cobertura – jornalistas, aqueles diretamente envolvidos na experiência trágica, informantes e audiência. No entanto, as notícias diárias de acontecimentos de violência de gênero tendem a ganhar pouca relevância na discussão por incidirem numa categoria que apresenta sempre um contexto fraco para explicar as causalidades da violência ou mesmo por reiterarem uma forma característica de reportar da mídia.

Essas duas notícias, de dois telejornais bem distintos, parecem confirmar a percepção geral sobre a dificuldade da mídia informativa em lidar com a violência de gênero. Em iniciativa pioneira no contexto brasileiro, foi realizado um monitoramento de mídia que acompanhou a cobertura do tema “violência contra as mulheres” em jornais impressos no ano de 2010 (Vivarta, 2011) e constatou que o noticiário apresenta os acontecimentos encerrados neles mesmos, sem conexão com causas e consequências, com a narrativa voltando-se sobretudo para a caracterização da chamada “cena do crime” e na maioria dos casos

segundo a perspectiva oferecida pela instituição policial. Tais relatos não exploram, por exemplo, elementos que vão além da situação imediata da ocorrência de maneira a acionar elementos contextuais que indiquem a emergência ou a perpetuação dos comportamentos implicados na ação de violência, evidenciando que “os veículos noticiosos brasileiros ainda têm dificuldades em tratar a violência contra as mulheres como fenômeno complexo e multidimensional” (Vivarta, 2011, p. 8).

Estudos em diferentes países também problematizam a maneira como a mídia retrata a violência contra a mulher perpetrada por parceiros do seu círculo de relacionamento. Em geral destacam enquadramentos assumidos em uma cobertura que consideram enviesada, no sentido de reiterar mitos e estereótipos que culpabilizam as mulheres e obscurecem a responsabilidade dos agressores (Berns, 2004; Berns, 2001; Bullock & Cubert, 2002; Richards, Kirkland Gillespie, & Dwayne Smith, 2011; Simões, 2011; Taylor, 2009) e a forma como tais ocorrências são muitas vezes vistas como tragédias privadas imprevisíveis e não como problemas sociais que demandem políticas públicas (Nettleton, 2011; Ryan, Anastario, & DaCunha, 2006). Todos os trabalhos marcam a ausência de elementos que explicitem no noticiário a dominância de valores culturais patriarcais, e em cruzamento com outras dimensões como classe social e etnia, ainda que seja possível identificar mudanças nos padrões da cobertura em diferentes contextos sociais (González, 2010; Simões, 2011; Wozniak & McCloskey, 2010). Tais pesquisas, em geral estudos longitudinais de acompanhamento de mídia, se colocam no marco teórico das investigações que tratam das formas de imbricamento entre a cobertura jornalística e a agenda pública (*agenda-setting*), da compreensão acerca do papel do trabalho jornalístico na determinação dos assuntos e temas em pauta (*gatekeeper e critérios de noticiabilidade*) e dos quadros interpretativos que conduzem a leitura de tais acontecimentos (*framing research*).

A qualificação que esses trabalhos fazem do modo como o noticiário opera permite identificar um fundo-comum – “repositório de conhecimentos díspares formados por noções, pré-juízos, informações, relatos de ordem diversa” (Bresciani, 2004, p. 403) – que informa a experiência jornalística de configuração dos acontecimentos de violência contra a mulher. Tais abordagens evidenciam então como, na cotidianidade midiática, o testemunho contemporâneo do “trágico” é uma figura proeminente) e indicam assim elementos explicativos para o aparecimento e a força de temas associados a tais ocorrências na cobertura.

No noticiário dos crimes de violência contra a mulher, em especial os “crimes de proximidade”, encontram-se episódios marcados pela violência nas relações afetivas, casos de violência em relações de namoro ou durante o casamento por exemplo. Corroborando aspectos destacados em outros estudos, os relatos recolhidos na pesquisa por nós conduzida referem-se a casos vistos como “isolados”, as circunstâncias específicas dos crimes são reportadas de maneira diferenciada quando tratam de grupos com níveis de renda/educação distintos,

às vezes aparecem associados a situações de uso/abuso de substâncias (álcool, drogas ilícitas etc.), e há um peso significativo na existência de agressão física em geral seguida de morte. A nosso ver o critério decisivo de como a violência contra a mulher aparece mencionada nesse noticiário é a marcação da relação da vítima com o agressor amparada em uma compreensão da confiança como imanente e base para as interações da vida de todo dia.

Narrando casos específicos vinculados a uma situação complexa da vida social, essas narrativas midiáticas sugerem, então, um alinhamento (o pressuposto da confiança) do público e dos profissionais da mídia nos relatos que encenam o drama da violência contra as mulheres. Como observado, porém, as narrativas midiáticas apresentam-se claramente lacunares e incompletas, configurando de modo peculiar os eventos ocorridos. Nesse sentido, retomando a perspectiva de Frosh (2011) e examinando essas suas características, o que faria com que essas notícias, ao mesmo tempo, propiciem uma “experiência imaginativa” da violência contra a mulher e constituam-se em signo de veracidade do que ocorre? Essas narrativas, esses textos midiáticos, enfim, podem ser tomados como uma modalidade de testemunho?

4. Um testemunho é possível?

A percepção da violência, nas matérias, normalmente é tomada como uma realidade evidente. Mas como mostra Bufacchi (2013), é preciso se examinar o conhecimento que se tem acerca desse fenômeno. O argumento da experiência da violência, de que se sabe da violência por meio da experiência pessoal de sofrê-la, é uma das compreensões mais corriqueiras acerca do fenômeno. Mas, alerta Bufacchi, do ponto de vista epistemológico, essa forma, real, de conhecer a violência não é a única e talvez nem a mais importante: há que se desconfiar das próprias percepções e mesmo da compreensão que as próprias vítimas têm do ocorrido, como em alguns casos de violências conjugal ou doméstica. Desse ponto de vista, para se compreender a violência, mais que a pessoa que sofre a violência, é fundamental ter em mente a pessoa que narra a violência (Bufacchi, 2013), ouvir a história dos que sofreram tal violência. Nesse ponto ganha proeminência o deslocamento epistemológico do conhecimento baseado na vivência direta para a questão do testemunho como forma de conhecer, em especial a violência.

Se pensarmos em termos da experiência jornalística, Bufacchi está caracterizando nesse momento o testemunho da “vítima” da violência, daquela que será “objeto” do relato jornalístico ou aparecerá como um dos agentes acionados para falar do ocorrido. Mas o argumento desenvolvido pelo autor, do testemunho como forma de conhecer a violência, nos interessa em especial pela crítica a uma perspectiva egocêntrica do conhecer: propondo um deslocamento do fundamento epistêmico do indivíduo para a comunidade, Bufacchi enfatiza

que “uma pessoa vai saber algumas coisas que não são de conhecimento comum ou mesmo muito conhecidas, mas ao mesmo tempo o que sabemos, como uma comunidade, não será necessariamente conhecido por cada indivíduo”. (Bufacchi, 2013, p. 281). Ao trabalhar nessa perspectiva o autor ressalta que a utilização do testemunho como forma de conhecimento reside não apenas na reivindicação do seu valor de verdade mas, principalmente, o ato de testemunhar e de tomar um testemunho pelo que implica de dimensão de confiança recíproca entre os atores envolvidos na situação. É importante indicar que o autor aqui elabora a ideia da dupla violência sofrida pelas vítimas: além de suportar a violência “direta” que lhe foi infligida, as vítimas “são marginalizadas como fontes confiáveis de conhecimento”. A narrativa em primeira pessoa seria, então, um modo de obter conhecimento acerca da violência bem como uma maneira de “reconhecer a credibilidade do narrador” e o relato da sua vivência. O testemunhar não pretende estabelecer a verdade do relato mas ouvir a voz que não pode falar. Estabelece-se, dessa maneira, uma ligação direta entre epistemologia da violência e epistemologia do testemunho: a narrativa em primeira pessoa, diz Bufacchi, beneficia também quem é ouvido, que deixa de ser apenas objeto da fala de outra pessoa para ser sujeito da sua própria. Transforma-se em fonte confiável de conhecimento.

Tal perspectiva poderia indicar que abandonássemos, em princípio, qualquer perspectiva de lidar com os relatos jornalísticos em torno da violência contra a mulher considerando dimensões testemunhais. Afinal, os textos jornalísticos típicos, do estilo “*hard news*”, seriam marcados pela ausência dos relatos estendidos e em primeira pessoa, segundo a perspectiva tradicional da “objetividade jornalística”. Entretanto, distinguindo o evento narrado e seu relato, é possível imaginar que uma comunidade de testemunho se forma na articulação de evento e relato, e não na encenação característica das figuras do depoente, da vítima, da testemunha etc. O testemunho jornalístico não estaria assim assegurado pela representação da “fala da vítima” e pela confirmação da “verdade íntima do seu relato”, mas pela formação de uma comunidade de testemunho que permita a emergência de vozes que, no interior daquela cena, não podem falar. Sendo sempre “histórias de segunda mão” em que os relatos produzidos por aqueles que vivenciaram a realidade tomam parte, a questão do testemunho desloca-se de agentes específicos, da possível adequação de representações do testemunho à realidade do ocorrido, para o performar de situações ou relações peculiares na experiência jornalística.

No caso das matérias analisadas a questão não é do que nelas falta para se constituírem em testemunho, mas o que ali excede, o que ali não permite que o relato testemunhe também a violência de gênero. A ideologia profissional costuma preconizar como norma a necessidade de um distanciamento para a produção do relato. Mas, pensando a partir da ideia de testemunho, a experiência jornalística posiciona-se não na força presencial de quem relata o que vivenciou, e que o jornalismo pretende convocar, e tampouco na condição de um terceiro

que observa e julga. O testemunho midiático pretende um “ver de dentro” dos acontecimentos que julga para alcançar um “ver de perto”, que, ao fim e ao cabo, se apresenta como efeito desejado – não necessariamente alcançado – de estratégias narrativas preestabelecidas, ritualizadas e rotinizadas pelo dispositivo televisivo. Assim, o que as narrativas apresentadas aqui parecem demonstrar, a sua maneira, é o próprio modo como o dispositivo televisivo configura suas histórias, relaciona-se com os acontecimentos e seus espectadores. Diante de um campo problemático, complexo e multifacetado, como o da violência de gênero, as notícias podem ser vistas sim como lacunares, incompletas, imperfeitas. No entanto, apresentam-se como imagens do que ocorreu, oferecem-se como uma forma de apreensão daqueles acontecimentos. Por um lado, isso parece atestar o que diz Ellis: na sua imperfeição, os textos midiáticos podem oferecer algum testemunho sobre o mundo. Por outro lado, eles oferecem também um testemunho de si, como dispositivos de captura e configuração do mundo, como produtos estratégicos, histórica e empresarialmente constituídos. As duas matérias descritas nesse artigo, mesmo respeitando suas especificidades, operam na lógica televisiva do “ver é saber” e dão seu testemunho disso. Nesse momento, na falha e na afirmação do dispositivo midiático-televisivo, sua relação com o testemunho, então, problemáticamente se explicita.

5. Conclusões: o testemunho e a potência do dizer

Na recuperação da etimologia do termo “testemunho” é frequente, tal como faz Frosh (2011), a remissão ao termo latino “testis”, que designa a terceira parte, aquele que observa algo acontecer. No entanto, Giorgio Agamben nota que o latim registra três diferentes termos para o testemunho, cada um deles designando um modo de saber, uma relação com o evento testemunhado e com aquele que testemunha. Segundo Agamben, “testis” caracteriza o testemunho como um julgamento, no qual a testemunha atua como juiz e observador, a princípio (mais) neutro. A testemunha, nesse caso, “vê de perto” a disputa em torno dos acontecimentos, atuando em seu estabelecimento (mais) preciso. Já ao “superstes” não é requerida ou sequer suposta essa “neutralidade” ou afastamento: o testemunho é um relato pessoal, parcial, contaminado e comprometido, é um “ver de dentro”, sendo essa a sua força. Já “auctor” caracteriza o agente que “põe em palavra” algo, ou seja, dá-lhe existência, por sua ação, para um terceiro. Conforme Agamben, o “autor” “dá força de prova ao que, em si, falta, e vida ao que por si só não poderia viver”, portanto, “um ato de autor que tivesse a pretensão de valer por si é um sem-sentido, assim como o testemunho do sobrevivente é verdadeiro e tem razão de ser somente se vier integrar o de quem não pode dar testemunho” (Agamben, 2008, p. 151.).

Como se vê, enquanto “testis” e “superstes” designam qualidades testemunhais distintas, “auctor” alcança o relato testemunhal, enquanto ação e como

produto, imbricando-se assim em toda possibilidade de agir na linguagem. Nesse momento, revelam-se então duas dimensões dessa ação. Uma, mais facilmente apreensível, alcança o “assujeitar-se” à linguagem, o tornar-se sujeito, agir, a partir das condições de enunciação historicamente postas, ou seja, dos ditos e não-ditos dos discursos. Outra, mais abstrata, refere-se ao indivíduo antes de ser sujeito, da sua possibilidade ou não de ter uma língua, no sentido saussuriano de “langue”: repertório, história, regras, estruturas. O testemunho encontra em Agamben uma conceituação rara, para além do que é dito ou não dito no discurso proferido, no texto testemunhal. O testemunho, nessa perspectiva, não exclui a dimensão da relação do texto com um acontecimento e uma audiência, mas traz uma outra revelação: a de que há linguagem, que esta é possível e contingente. Nessa dimensão, o testemunho pode ser visto como atestando a própria existência da linguagem, desta e não outra, desta forma.

Nessa perspectiva, a expressão “testemunho midiático” talvez não faça sentido não porque, como afirma Peters (2011), não pressupõe uma co-presença, um estar ali na cena dos acontecimentos, e sim porque pode implicar exatamente o esforço de não se fazer ver o existir da linguagem. Talvez, por outro lado, seja demais exigir dos cotidianos, efêmeros, estratégicos e industriais textos midiáticos que essa dimensão do testemunho se apresente. No entanto, pode ser que aí então a expressão “testemunho midiático” faça ver sua potencialidade. Não se trata, então, de recusar de todo a noção de “testemunho midiático”. Tampouco se trata de tomá-la como um dado, como um pressuposto de que todos os textos midiáticos são testemunhais. Há certamente uma retórica e uma justificativa testemunhal em vários procedimentos midiáticos, especialmente aqueles, jornalísticos ou não, de caráter claramente “realista”. No entanto, entre a relação necessária com a realidade social e a retórica e a justificativa testemunhal impõe-se um campo de tensões bastante móveis e performativas. Parece-nos, então, que a riqueza da expressão “testemunho midiático” está exatamente na exposição desse campo de tensões e nos problemas que faz emergir, em cada texto e em cada agir midiático.

Agamben tem na experiência limite dos campos de concentração uma fonte incômoda e potente para sua apreensão das múltiplas dimensões do testemunho. Mas o padrão de reflexão acerca do testemunho herdado de tais estudos não pode ser transposto sem complicações para outras áreas. Quando se tem em vista situações menos excepcionais e, mais ainda, o lidar cotidiano dos textos midiáticos, que frequentemente se oferecem como “testemunhais” do presente em que estamos (Ellis, 2000, 2011), vemos, então, que se abre um abismo talvez incontornável que o termo “testemunho”, ao invés de revelar, pode correr o risco de apagar. Afinal, parte das discussões sobre o “testemunho midiático” se situa no âmbito das relações discursivas, do jogo entre o dito e o não-dito estabelecido pelos textos e nos modos de apropriação por parte das pessoas. O sabido e o não-sabido, o “conhecido desconhecido” adquire então uma dimensão referencial, a partir da qual se pode, então, estabelecer julgamentos acerca de compe-

tências, habilidades, agires éticos e implicações morais. No entanto, Agamben parece nos alertar que todo agir textual, sendo contingente, expõe uma dimensão anterior, cotidiana, mas menos “mundana”, acerca da própria condição da linguagem. Com isso, a associação do “testemunho” ao “midiático” exige que se problematize a própria condição de existência de cada dispositivo midiático e seus modos de mobilizar, fazer existir, conformar, as linguagens e, com elas, produzir textos. Cada texto, por sua vez, é um testemunho de seu próprio acontecer, ainda que, talvez, nem sempre se efetive plenamente como testemunha dos acontecimentos que se propõe a narrar.

Referências bibliográficas

- Ashuri, T., & Pinchevski, A. (2011). Witnessing as a field. In P. Frosh & A. Pinchevski (Eds.), *Media Witnessing: Testimony in the Age of Mass Communication* (pp. 133–158). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Berns, N. (2004). *Framing the victim: Domestic violence, media, and social problems*. New Jersey: Aldine de Gruyter.
- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame: Political Discourse on Women and Violence. *Gender & Society*, 15(2), 262–281. <http://doi.org/10.1177/089124301015002006>
- Bresciani, M. S. (2004). Identidades inconclusas no Brasil do século XX - Fundamentos de um lugar-comum. In M. Bresciani & M. Naxara (Eds.), *Memória e res(sentimento)* (pp. 405–430). Campinas: Editora da Unicamp.
- Bufacchi, V. (2013). Knowing Violence : Testimony , Trust and Truth. *Revue Internationale de Philosophie*, 3(265), 277–291.
- Bullock, C. F., & Cubert, J. (2002). Coverage of Domestic Violence Fatalities by Newspapers in Washington State. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(5), 475–499. <http://doi.org/10.1177/0886260502017005001>
- González, P. C. (2007). Movimientos sociales y medios de comunicación: el cambio en el tratamiento de la violencia contra las mujeres. *Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi*, (7), 211–239. <https://bit.ly/1ThVrFn>.
- González, P. C. (2010). El proceso de construcción de la violencia contra las mujeres: medios de comunicación y movimiento feminista. Una aproximación desde la teoría del “framing”. *Universitat Jaume I*. <http://www.tdx.cat/handle/10803/21779>
- Larsen, P. (2015). Las ficciones mediadas. In Jensen, K. B. *La comunicación y los medios: metodologías de investigación cualitativa y cuantitativa*. (pp. 209–243). México: FCE.
- Leal, B. S., Antunes, E., & Vaz, P. B. F. (2012). El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 18(1), 383–398. http://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n1.39377

- Leal, B; Carvalho, C; Alzamora, G (org) (2017). *Textualidades mediáticas*. Barcelona: UOC, 2017
- Lockyer, S. (2008). Textual Analysis. Given, L. M. (Ed.). *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. London: SAGE Publications, Inc. <http://doi.org/10.4135/9781412963909>
- Nettleton, P. H. (2011). Domestic Violence in Men's and Women's Magazines: Women Are Guilty of Choosing the Wrong Men, Men Are Not Guilty of Hitting Women. *Women's Studies in Communication*, 34(2), 139–160. <http://doi.org/10.1080/07491409.2011.618240>
- Pereira, P. (2009). Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Estudos Feministas*, 17(2), 485–505. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/11.pdf>
- Peters, J. D. (2011). Witnessing. In P. Frosh & A. Pinchevski (Eds.), *Media witnessing: testimony in the age of mass communication* (pp. 23–41). Palgrave Macmillan.
- Richards, T. N., Kirkland Gillespie, L., & Dwayne Smith, M. (2011). Exploring News Coverage of Femicide: Does Reporting the News Add Insult to Injury? *Feminist Criminology*, 6(3), 178–202. <http://doi.org/10.1177/1557085111409919>
- Ryan, C., Anastario, M., & DaCunha, A. (2006). Changing coverage of domestic violence murders: a longitudinal experiment in participatory communication. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(2), 209–28. <http://doi.org/10.1177/0886260505282285>
- Simões, R. (2011). Crime, Castigo e Gênero nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In) justiça no Discurso dos Media. Universidade de Coimbra. <https://bit.ly/2Lfqayp>.
- Simões, R. J. B. de. (2007). *A violência contra as mulheres nos media: lutas de gênero no discurso das notícias (1975-2002)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Taylor, R. (2009). Slain and Slandered: A Content Analysis of the Portrayal of Femicide in Crime News. *Homicide Studies*, 13(1), 21–49. <http://doi.org/10.1177/1088767908326679>
- Vivarta, V. (coord. . (2011). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: ANDI – Comunicação e Direitos e Instituto Patrícia Galvão.
- Wozniak, J. a, & McCloskey, K. a. (2010). Fact or fiction? Gender issues related to newspaper reports of intimate partner homicide. *Violence against Women*, 16(8), 934–52. <http://doi.org/10.1177/1077801210375977>.